



CLASSE ESPECIAL: UMA ALTERNATIVA OU UM ESPAÇO REAL DE INCLUSÃO?

Autor(a): **Fernando Antonio Pereira Leite**
Coautor(es): **Fernanda Guarany Mendonça Leite**
Email: **fernando.leite1@gmail.com**

Este trabalho está centrado na observação e em posterior desdobramento por meio de pesquisa e reflexões sobre o tema da educação inclusiva.

Para que possamos entender a inclusão na escola, encaramos como realidade o fato de que nossa sociedade não valoriza a temática da escola inclusiva. Entendemos que teremos sucesso como educadores quando construirmos uma escola em que todos os padrões de qualidade de inclusão sejam adotados por todas as escolas, sejam públicas ou privadas.

A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em classes regulares está presente em todo o processo de descoberta das pessoas que dela participam. Wallon e Vygotsky discorrem sobre isto em suas obras e através delas observamos que o estudo da personalidade e da razão das crianças e dos adultos está implicitamente relacionado ao meio no qual os sujeitos estão inseridos.

1

A discussão sobre uma escola inclusiva deu-nos a perspectiva de buscarmos encontrar um espaço realmente preparado para que a criança com necessidades educativas especiais seja atendida. Daí a importância de uma escola que valorize o ser humano, independente das limitações inerentes.

A história da educação especial brasileira teve trajetória semelhante à dos países europeus. Mas, com uma diferença fundamental, pois, “enquanto os institutos parisienses se transformaram em oficinas de trabalho, seus similares brasileiros tenderam basicamente para o asilo de inválidos”. (BUENO, 1993. p. 86)

Nosso objetivo foi compreender como ocorre a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais em escola da rede pública estadual em suas diversas especificidades. Observamos a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais em classes regulares e em classes especiais, conhecendo o trabalho de capacitação dos professores que atendem estes alunos. Observamos as reações de outras crianças em classe de ensino regular mediante a inclusão, conhecendo espaços de troca



entre as crianças e professores e todos os outros alunos da escola e identificando momentos reais de inclusão em atividades da escola e na comunidade em que vivem.

Por educação inclusiva entende-se o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou distúrbios de aprendizagem na rede de ensino em todos os seus graus, da Educação Infantil ao Ensino Superior.

Como parte da atuação da criança em seu espaço educativo, percebemos que existem muitas maneiras de interagir. Alguns autores que fundamentam esta discussão teórica podem trazer mais luz à concepção de inclusão presente hoje.

Para Savianni (1997), em relação à Lei 9394/97,

a Educação Especial ganha (...) um lugar mais destacado, ao se configurar como capítulo autônomo, em comparação com a lei 5692/71 onde o assunto foi regulado em apenas um artigo (art. 9) do capítulo I que trata das disposições comuns ao ensino de primeiro e segundo graus. (1997. p. 218).

A reflexão em torno do atual projeto de educação inclusiva conduz à obra de Lev S. Vygotsky (1896-1934) por uma razão muito simples: ele foi um dos primeiros autores do século XX, cujas teses defenderam visivelmente pressupostos que hoje sustentam o pensamento inclusivo. Particularmente no capítulo terceiro dos “Fundamentos de Defectologia” (1997), Vygotsky faz uma explanação cuidadosa e pormenorizada deste pensamento. Para entender sua abordagem, é importante salientar a compreensão sócio-genética do desenvolvimento humano.

O futuro da educação especial tem sido motivo de muitas polêmicas. Os que são mais radicais nas orientações inclusivas propõem o desmonte de todos os serviços existentes. Consideram que, em vez de educação especial, devemos falar em atendimento educacional especializado a ser, exclusivamente, oferecido nas classes comuns das redes regulares de ensino. Segundo Pantoja e Mantoan (2004, p.8), o atendimento educacional especializado é conceituado como:

Aquilo que é necessariamente diferente do ensino escolar para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, o que inclui, principalmente, instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência têm para relacionar-se com o ambiente externo. (PANTOJA, 2004, p. 8).

O que fazer com e nas classes e escolas especiais são questões em aberto a merecer nossas considerações, a começar pela identificação dos alunos que, realmente, necessitam dessas modalidades de atendimento educacional especializado. Talvez, uma



boa pista esteja na tipologia dos apoios que devem ser oferecidos, segundo as diferenças individuais e as diversas situações dos alunos.

Todo o processo de produção desta pesquisa teve como base o interesse por encontrar uma escola que realmente faça a inclusão em seu todo. Observa-se em campo a falta de informação e de compreensão por parte da classe acadêmica sobre a finalidade da escola como ponto de partida para a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais. Todavia o tema provoca nos professores preocupados com este assunto a vontade de contribuir.

Nossa intenção foi buscar entender como realmente se dá a inclusão da criança.

Num primeiro momento, para contextualizar nosso processo de pesquisa, foram consultados vários documentos oficiais e técnicos que tratam do assunto e que ações a escola tem efetivamente realizado para atender estas crianças.

Num segundo momento, realizamos a pesquisa de campo, identificando e nos inserindo em escolas que possibilitassem a nossa entrada para a concretização da pesquisa. Nossa finalidade foi chegar à compreensão do processo de inclusão de alunos em classes regulares e as repercussões desse fenômeno sobre o cotidiano da escola. Em nossa discussão, não nos dedicamos exclusivamente ao aluno portador de necessidades educativas especiais, mas também ao profissional de educação que, por muitas vezes, tem que se capacitar em meio à falta de condições e mesmo em meio a suas próprias limitações. Cabe ao professor zelar pela aprendizagem do aluno, inclusive daqueles com dificuldades de aprendizagem ou portador de necessidades especiais de alguma forma. Toma-se como referência, na definição de suas responsabilidades profissionais, o direito de aprender do aluno e não apenas a liberdade de ensinar do professor. Vale dizer que não é mais suficiente que um professor ensine; terá de ter competência para produzir resultados na aprendizagem do aluno.

Observamos a inexistência de sintonia entre a teoria e a prática docente, possibilitando aproximar os professores da realidade dos alunos portadores de necessidades especiais e do meio escolar em que alunos e professores estão inseridos.

Para focalizar a problemática da inclusão e seus efeitos, nossa pesquisa foi realizada na cidade de Olinda, em uma escola da Rede Estadual de Ensino localizada na região metropolitana norte de grande porte, atendendo alunos de classe popular, das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.



Participaram dessa pesquisa quatro professoras, regentes de sala, da Educação Inclusiva e classe de Ensino Fundamental. Estas professoras atuam com crianças de 6 a 14 anos de idade aproximadamente. Duas tem concluído o ensino superior e duas não. A professora da classe de educação especial tem nível superior e gostaria de fazer uma especialização na área de educação especial.

Observamos a falta de informação e de compreensão por parte do corpo docente sobre a finalidade da escola como ponto de partida para a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais. Todavia o tema provocou nos professores preocupados com este assunto a vontade de contribuir para a pesquisa.

Ao perceber esse ponto de divergência na escola, o receio de que a inserção do aluno deficiente na escola regular possa trazer prejuízos para a aprendizagem dos alunos ditos não-deficientes é observado no discurso de educadores.

Entendemos que essa ação pedagógica diferenciada implica em mudanças sociais profundas. Contudo, implica mais especialmente, numa mudança de enfoque da aprendizagem, na qual o processo passa a ser mais relevante do que o produto da aprendizagem e em que o aluno é o sujeito ativo do seu processo educativo.

Para tanto, a escola adotará uma flexibilidade muito maior em seus vários aspectos metodológicos, ressignificando a avaliação, o processo de ensinar e aprender, o currículo dentre outros aspectos. Estas novas estruturas precisam ser construídas juntamente com os professores, com a equipe técnica, diretiva, com os pais e alunos, ou seja, com a comunidade escolar como um todo. As mudanças precisam refletir uma nova maneira de pensar e fazer educação, dando respostas à voz das necessidades de todos os alunos.

Incluir é incorporar, no currículo visível e naquele que é oculto, a diversidade como um aspecto presente e que deve ser valorizado e não excluído. É entender que não é o aluno que precisa se adaptar a tudo, mas a escola é que deve mudar para adaptar-se aos diversos alunos que frequentam a instituição.

Para que o processo se torne viável é preciso que o educador acredite na possibilidade que o aluno tem de aprender com as interações realizadas, orientado pelo princípio do respeito mútuo e pela ideia de que todos podem aprender, desde que suas 'portas de entrada para o conhecimento sejam encontradas', valorizadas e desenvolvidas



num Projeto Político Pedagógico democrático que atenda as necessidades individuais na coletividade educacional.

Finalizamos nossas observações com a triste constatação de que há uma descrença real por parte dos educadores e da comunidade educativa em que os aprendizes com alguma necessidade especial estavam inseridos, mesmo porque os próprios membros desta comunidade escolar entendiam a classe especial como a “sala dos doidinhos”. Quando em uma sala regular alguém fazia algo em desacordo com o padrão de comportamento esperado era advertido de que iria para a sala especial, como se isso fosse uma punição.

Concluimos com a esperança que em algum momento, como educadores, possamos entender, aplicar e até mesmo aceitar a escola inclusiva como parte do contexto educativo regular. Que possamos incluir cada pessoa como ser humano que é, com suas necessidades e suas expectativas.

Referências Bibliográficas

- BUENO, J.G.S. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.
- CHELIKANI, R.V.B.J. **Reflexões sobre a Tolerância**. UNESCO BRASIL/ Ministério da Justiça, 1999.
- CORDE, M.J. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas Especiais**. Brasília:CORDE, 1997.
- CARVALHO, R. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação: 2005
- FÁVERO, E.A.G; PANTOJA, L.M.P.; MANTOAN, M.T.E. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília: Procuradoria Federal dos direitos do cidadão, 2004.
- FONSECA, V. **Educação Especial**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1991.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- LIMA, S.S.L. RAMOS, N.A.P. **Legislação em Educação Especial no Brasil: o Paradoxo da Exclusão da Inclusão e Inclusão da Exclusão**. In **Inclusão Educacional Pesquisa Interfaces**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003.
- LUDKE, M e ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986
- MAZZOTTA, M. **Educação Escolar: Comum ou Especial?**. São Paulo, Pioneira, 1986, p.117.
- SAVIANNI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**.
- VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas V – Fundamentos de defectología**. Madrid: Visor Dis., 1997